

NOTA DE APOIO AO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) DO ESPÍRITO SANTO

“... Não tenha medo! A partir de agora você vai ser pescador de gente” (Lc 5, 10)

Sinodalidade nas águas e nos territórios pesqueiros: caminhar juntos e juntas para a transformação

O Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), regional Minas Gerais e Espírito Santo, tem desenvolvido importante articulação junto aos pescadores e pescadoras artesanais, em defesa de seus territórios, bem como junto aos movimentos populares e sociais do regional.

O contexto da realidade no estado do ES, de sul a norte, é de negação da existência das comunidades pesqueiras artesanais, bem como de seus direitos e territórios.

Importante ressaltar, como caminho alternativo, o fortalecimento do ambientalismo popular, vivo na experiência dos pescadores e pescadoras artesanais e em sua relação ancestral com a terra e as águas. A defesa da Casa Comum e dos bens comuns é parte significativa da ação do CPP, em comunhão com as organizações populares da pesca artesanal. Diante da barbárie, é fundamental fortalecer o diálogo e a resistência dos povos frente a um modelo que destrói a vida em nome do lucro.

Durante a Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou, na madrugada do dia 9 de março de 2026, uma área da Samarco, no município de Anchieta (ES), apresentando a demanda de assentamento de cerca de 1.500 famílias acampadas no estado.

Cabe lembrar que, em 2015, o colapso da estrutura da Samarco Mineração S/A, uma joint venture das mineradoras Vale e BHP Billiton Brasil, causou a morte de 19 pessoas, enquanto outras três seguem desaparecidas até hoje. O desastre despejou

mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério no meio ambiente, contaminando a bacia do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até alcançar o mar territorial brasileiro.

Nesse sentido, o CPP/MGeES vem manifestar seu apoio a esse importante movimento popular, que há anos faz o enfrentamento ao modelo capitalista da mineração e do agronegócio, além de denunciar os crimes ambientais da empresa, que possui mais de 4.500 hectares de terra no município, e exigir que essas áreas sejam destinadas à reforma agrária.

Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)
Regional Minas Gerais e Espírito Santo

Vitória/ES, 16 de março de 2026